

A Economia Solidária no Brasil

Uma trajetória de conformação enquanto movimento social?

Bianca A. Lima Costa¹, Paulo de Jesus²

Resumo Caracterizar a Economia Solidária enquanto movimento social foi o objetivo dos autores que desenvolveram pesquisa bibliográfica/documental movidos pelas questões: como organizações e espaços vinculados à Economia Solidária no Brasil, do final do Século passado aos nossos dias (2001/2013), têm se constituído como Movimento Social? Tal trajetória implica na construção de estratégia de desenvolvimento e contraponto ao capitalismo? Qual a implicação no trabalho (pressupostos e organização), apesar da diversidade e contradições? Utilizaram-se documentos do Fórum Brasileiro de Economia Solidária e da Secretaria Nacional de Economia Solidária, textos de Gohn, Lacerda, Veronese, Gaiger, Singer, França Filho, Laville, Coraggio e Santos, entre outros, que subsidiaram os argumentos analíticos possibilitando concluir que, no caso brasileiro, a Economia Solidária apresenta um histórico de lutas, adesões, ganhos que, possivelmente, contribui para a construção de outras referências sobre outros mundos, outras economias possíveis, construção essa que, aliada a outras variáveis, parece contribuir para caracterizá-la como movimento social.

Palavras-chaves Economia solidária; Movimento social; Fórum Brasileiro de Economia Solidária; Secretaria Nacional de Economia Solidária; Solidarismo.

-
- 1 Bianca Aparecida Lima Costa é Doutora em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Professora Adjunta I na Universidade Federal de Viçosa, no Departamento de Economia Rural. Coordenadora da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da UFV. Tem artigos publicados sobre a temática de Economia Solidária, Gênero e Incubação de Empreendimentos Econômicos Solidários em revistas nacionais e capítulos em coletâneas. Endereço: Universidade Federal de Viçosa - Campus de Viçosa, Avenida Peter Henry Rolfs, s/n, Departamento de Economia Rural, sala 235, CEP: 36570-900. E-mail: bianca.lima@ufv.br.
 - 2 Paulo de Jesus é Doutor em Ciências da Educação (Université Paris V/Universidade Federal do Rio Grande do Norte), Pós-doutorado em Associativismo/Cooperativismo, com Maxime Haubert (IEDES/Paris I/Sorbonne); Pós-doutorado em Economia Solidária, com Jean-Louis Laville (CNAM-Paris). Professor Associado IV - Universidade Federal Rural de Pernambuco onde atua como docente e pesquisador no Programa de Pós-graduação em Extensão Rural e Desenvolvimento Local e Programa de Pós-graduação em Educação, Culturas e Identidades, contando com mais de 60 orientações acadêmicas concluídas, (sobretudo dissertações). É também Coordenador Executivo da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares. Tem artigos publicados sobre a temática de Economia Solidária em revistas, nacionais e internacionais, capítulos em coletâneas e coordenou o Projeto Centro de Formação em Economia Solidária - Nordeste, além do Mapeamento da Economia Solidária (2005-2007), no Estado de Pernambuco. UFRPE - Departamento de Educação; Campus Dois Irmãos - Recife Pe. E-mail: paulodej@terra.com.br.

Abstract To define Solidarity Economy as a social movement is the objective of the authors who have carried out a bibliographic and documented research, in an attempt to answer the following questions: how did organizations and spaces related to Solidarity Economy, from the end of the previous century to nowadays (1985-2013), form a social movement? Does such a trajectory entail the setting up of a development strategy aimed at opposing capitalism? What is its impact on labour and work conditions (assumptions and organization) despite diversity and contradictions? The authors have used documents from the Brazilian Forum for Solidarity Economy and from the State Secretariat for Solidarity Economy, as well as texts by Gohn, Lacerda, Veronese, Gaiger, Singer, França Filho, Laville, Coraggio and Santos – among others – which uphold analytical arguments allowing them to conclude that in the case of Brazil, Solidarity Economy amounts to a history of struggles, commitment and benefits which, perhaps, contributes to the building up of new references in other possible worlds and economies – a building-up process which, along with other variables, seems to help define it as a social movement.

Keywords Solidarity Economy; Social Movement; Brazilian Forum for Solidarity Economy; State Secretariat for Solidarity Economy; Solidarity.

Resumén La caracterización de la economía solidaria como movimiento social fué el objetivo de los autores que desarrollaron investigación bibliográfica y documental movidos por las cuestiones: como organizaciones y espacios vinculados a la economía solidaria en Brasil, del final del siglo pasado a nuestros días (2001/2013), se han constituido Como Movimiento Social? Tal trayectoria implica la construcción de estrategia de desarrollo y contrapunto al capitalismo? ¿Cuál es la implicación en el trabajo (presupuestos y organización), a pesar de la diversidad y las contradicciones? Se utilizaron documentos del Foro Brasileño de Economía Solidaria y de la Secretaría Nacional de Economía Solidaria, textos de Gohn, Lacerda, Veronese, Gaiger, Singer, Francia Filho, Laville, Coraggio y Santos, entre otros, que subsidiaron los argumentos analíticos posibilitando concluir que En el caso brasileño, la Economía Solidaria presenta un historial de luchas, adhesiones, ganancias que, posiblemente, contribuye a la construcción de otras referencias sobre otros mundos, otras economías posibles, construcción que, junto a otras variables, parece contribuir a caracterizarla como movimiento social.

Palavras chave Democracia; Política Pública; La Gestión Social; Economía Solidaria.

1. Introdução

A economia solidária, em sua pluralidade de manifestações e de abordagens, tem se tornado um tema cada vez mais debatido no Brasil em diferentes espaços, como acadêmicos e de movimentos sociais. A diversidade das ações que envolvem a temática e os diferentes atores atuantes nesse campo contribuem para uma variedade de interpretações, por vezes, não consensuais. (Coraggio, 2007; Gaiger, 2007; Laville, 2006; Lima; 2009)

Do ponto de vista histórico, um conjunto substancial de trabalhos refere-se ao crescimento desse fenômeno no contexto brasileiro, fundamentalmente, a partir da década de 1990. Alguns desses estudos vinculam a retomada dessas discussões ao cenário econômico de altos índices de desemprego e pobreza; parte dessas interpretações, embora com razão em relação ao pano de fundo do (re)surgimento da economia solidária, não enfatiza tanto algo que pode ser primordial nesse cenário, qual seja o papel dos movimentos sociais no processo de redemocratização do país e de construção de alternativas democráticas para consolidação de uma sociedade mais justa e baseada em princípios democráticos. (Pinto, 2006; Pochmann, 2007).

A compreensão de que a economia solidária, nesse contexto, configura-se como um *novo* movimento social é polêmica, assim como os próprios debates acerca dos movimentos sociais na contemporaneidade. A complexificação da chamada sociedade da informação e da comunicação em contrapondo à sociedade industrial, cujos conflitos e fronteiras pareciam bem mais delimitados, como argumenta Touraine (2006), instiga-nos a pensar esses processos de um ponto de partida mais amplo.

Não há dúvidas de que, no início do século XXI, o movimento altermundialista ou antiglobalização ocupou um papel importante nesses novos debates. Muitas vezes criticadas por sua fragmentação, as diferentes edições dos Fóruns Sociais Mundiais foram significativas para o agrupamento e o diálogo das variadas ações coletivas pautadas em temáticas plurais. (Coraggio, 2007; Gaiger, 2007; Viveret, 2009, Laville, 2006, Lévesque, 2009; Santos; Rodriguez, 2002; Lima, 2009).

Igualmente, têm-se indicações de que as principais articulações entre diferentes atores sociais em torno do tema da economia solidária aconteceram nos espaços dos Fóruns Sociais. (Lima, 2009).

Embora os conceitos sobre fenômeno das relações Economia Solidária-Movimentos Sociais não sejam consensuais, como afirmamos, as circunstâncias de seu surgimento apresentam algumas convergências. É possível afirmar que mudanças no capitalismo mundial contribuíram para a reativação das discussões sobre formas alternativas de desenvolvimento (Santos e Rodríguez, 2002; Laville, 2006; Singer, 2003a; França Filho, 2006; Quijano, 2002).

Nessa conjuntura, diversos autores destacam a ampliação do pensamento neoliberal em todo o mundo e a crise do socialismo centralizado como fatores importantes para a reflexão acerca de mudanças na orga-

nização da sociedade, segundo novos paradigmas (Santos e Rodríguez, 2002; Quijano, 2002). Aliadas a isso, diferentes temáticas foram incorporadas aos movimentos sociais, ampliando seu escopo de lutas e mobilizando atores sociais variados (Laville, 2010).

No caso brasileiro, um conjunto de atores sociais se envolveu nesse processo de construção de outro mundo e de outra economia. Diferentes bandeiras, especialmente a partir da década de 1990, compartilhavam a premissa de que eram necessários outros pressupostos para o trabalho e para organização dos trabalhadores e das trabalhadoras. As concepções, enfoques e estratégias de cada um desses atores eram e ainda permanecem diversos. O agrupamento dessa temática e o seu crescimento, sob o título de economia solidária, ganhou uma expressão social significativa ao longo da última década, apesar de sua diversidade e de suas contradições.

Neste contexto, definem-se como questões sínteses do problema que orientou a investigação da qual resultou o presente texto: como organizações e espaços vinculados à Economia Solidária no Brasil, do final do século passado (1985/2000) e início do século XXI (2001/2013), tem se constituído como um Movimento Social? Essa trajetória se consolida em luta pela construção de uma estratégia de desenvolvimento e contraponto ao capitalismo? Qual a contribuição para a construção de outros pressupostos para o trabalho e para organização dos trabalhadores e das trabalhadoras, apesar de sua diversidade e suas contradições?

Destaca-se, como marco histórico dessa trajetória, a criação, em 2003, do Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES), envolvendo diferentes atores sociais, e da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), que se originou a partir de uma demanda desse conjunto de envolvidos. Nesse terreno, portanto, há uma pluralidade de ações coletivas que se entrecruzam com objetivos diferenciados. Compreender esse emaranhado de atores sociais de diversas vinculações parece-nos algo importante e pouco explorado, principalmente enquanto movimento social.

O objetivo desse artigo é o de construir argumentações que possam contribuir para compreender como a economia solidária no Brasil se conforma enquanto movimento social, buscando analisar os atores sociais envolvidos nesse processo, destacando a trajetória de uma das organizações mais importantes nesse campo no Brasil - o Fórum Brasileiro de Economia Solidária. Observa-se que essa conformação se entrecruza com a mesma temática das políticas públicas nacionais e, por vezes, essas fron-

teiras são tênues e conflituosas. Considerá-las, no entanto, pode resultar em produção de elementos que podem contribuir para melhor compreendê-las.

Os procedimentos metodológicos adotados nesse trabalho compreendem a revisão bibliográfica acerca da temática em questão e a análise de documentos oriundos das instituições envolvidas. Privilegiou-se, como material, parte da literatura produzida e em circulação no Brasil, no período indicado, como universo temporal do estudo, ou seja, de 2001 a 2013. Quanto à documentação, deu-se prioridade àquela emanada do Fórum Brasileiro da Economia Solidária e da Secretaria Nacional de Economia Solidária, esta última, como se sabe, vinculada ao Ministério de Trabalho e Emprego. Metodologicamente, com base no material de trabalho e frequentemente referenciado, exercitou-se o diálogo com autores e autoras, sejam pessoas físicas, sejam instituições.

O artigo, além da presente introdução, está estruturado em três seções: a primeira relaciona-se à conceituação de movimento social; a segunda dedica-se à trajetória do Fórum Brasileiro de Economia Solidária; e a terceira busca estabelecer alguma conclusão sobre o tema abordado.

2. Movimentos sociais na atualidade: conceitos e abordagens

Compreender os movimentos sociais e analisá-los têm sido o desafio enfrentado por diferentes vertentes da sociologia. A noção acerca do tema está presente em diversos espaços sociais e, de forma geral, começou a ser utilizada para se referir a variadas formas de ação coletiva, em especial, manifestadas em contraposição ao sistema capitalista (Gohn, 2011a).

Segundo Gohn (2011a), nesse campo, as interpretações teóricas sobre movimentos sociais podem ser vinculadas à produção sociológica de escolas como a norte-americana e a europeia. No caso do continente norte-americano, tais perspectivas relacionam-se aos conceitos de mobilizações de recursos para ações coletivas, baseados na teoria da escolha racional. Já a vertente europeia, de acordo com a mesma autora, baseia-se nas correntes marxistas, por um lado, e na conceituação de novos movimentos sociais, por outro. No caso da visão marxista, enfatiza-se a luta de classes, enquanto os novos movimentos sociais, por processos de identidade para a ação coletiva.

A América Latina, assim como o Brasil, recebeu influência predominante do paradigma europeu. No entanto, é fundamental diferenciar o contexto econômico, histórico, cultural e social vivenciado aqui. As interpretações acerca dos movimentos sociais no continente latino-americano devem ser compreendidas considerando suas especificidades. É prudente destacar, por exemplo, que os anos de 1970 e 1980 foram marcados por processos de redemocratização. Com o fim das ditaduras, vários países passaram a vivenciar novas experiências em relação aos direitos sociais coletivos e à cidadania. As interpretações sobre movimentos sociais passaram a privilegiar o conceito de sociedade civil e de democracia, articulados aos debates sobre organizações não governamentais e das novas relações entre Estado e sociedade (Gohn, 2011a).

A década de 1990 pode ser caracterizada por mudanças no capitalismo, por uma nova redivisão internacional do trabalho e por processos de reestruturação produtiva. Esse cenário afetou, por exemplo, os sindicatos, o que causou demissões em massa e exigiu novas posturas dos trabalhadores e de suas organizações. Nessa era da globalização, novos atores sociais e pautas de lutas entraram em cena, redesenhando, em parte, os movimentos sociais e suas organizações. Nesse novo ciclo de lutas, a exclusão social e a pobreza tornam-se temas fundamentais, mobilizando atores sociais em prol de alternativas que buscam conectar os aspectos macrossociais às abordagens que priorizavam a vida cotidiana (Gohn, 2011a).

Ainda para esta autora, os movimentos sociais são fontes de inovação e, ao mesmo tempo, geram saberes e conhecimentos sobre a realidade. As redes de articulações envolvidas nesses processos são capazes de, cotidianamente, indagar a conjuntura política, econômica e sociocultural no país. Essas ações interativas contribuem para mudanças na sociedade a partir da organização das demandas de grupos que buscam, de alguma maneira, expressar seus anseios. Tais forças sociais organizadas realizam atividades e ações de experimentação e inovação na construção de propostas que, no geral, visam à inclusão social. As estratégias para manifestação dessas demandas e propostas podem ser variadas, passando por denúncia ou pressão direta, por meio de mobilizações, marchas, passeatas, entre outras, ou por meio de pressões indiretas (Gohn, 2011b, p.335-336).

Os movimentos sociais têm lutado tanto para transformar comportamentos sociais quanto para influenciar políticas públicas. Como par-

te desses esforços, muitas vezes eles se mobilizam em prol de mudanças nos processos de tomada de decisão estatal, demandando a inclusão da sociedade civil em novos espaços participativos. Essa demanda implica não somente na criação de espaços de diálogo entre atores da sociedade civil e do governo, mas também na maior presença de ativistas de movimentos sociais dentro do próprio Estado (Abers; Bulow, 2011, p. 65).

Abers e Bulow (2011) ressaltam também a importância de se compreender a participação de ativistas dos movimentos sociais no Estado. Ou seja, o cruzamento dessa fronteira como fator importante para a construção de políticas públicas. Confluindo com essa argumentação, Diani e Bison (2010) afirmam que os movimentos sociais podem ser considerados redes de interações informais que mobilizam diferentes indivíduos, grupos ou associações, a partir de uma identidade coletiva compartilhada, engajados em conflitos políticos ou culturais.

Em uma conceituação mais ampla, M. G. Gohn considera os movimentos sociais como “[...] ações sociopolíticas construídas por atores sociais coletivos pertencentes a diferentes classes e camadas sociais, articuladas em certos cenários da conjuntura socioeconômica e política de um país, criando um campo político de força social na sociedade civil” (Gohn, 2011a, p. 251). Essas organizações são estruturadas a partir de temas e problemas de conflitos e disputa em uma sociedade. Tais processos criam uma identidade coletiva compartilhada por um interesse comum. Essa é a principal força do movimento, ou seja, a solidariedade construída com base em valores culturais e políticos, debatidos em espaços coletivos e não institucionalizados. Os movimentos têm capacidade de gerar uma série de inovações nas esferas públicas (estatal e não estatal) e privadas. Trata-se de mobilizações importantes na luta política de um país e em sua transformação. Sua atuação apoia-se em entidades e organizações da sociedade civil e política, com agendas baseadas em demandas socioeconômicas ou político-culturais (Gohn, 2011, p. 251-252).

É importante ressaltar que os movimentos sociais vêm passando por mudanças e, no início do século XXI, as articulações em redes e a atuação de organizações não governamentais geram questionamentos (Gohn, 2006). Apesar disso, autores argumentam que, nesse cenário de reelaborações, surgem novas temáticas e eixos de atuação de diferentes atores sociais em ação coletiva. O tema da economia solidária se insere nesse contexto, como forma e expressão de um movimento social. (Lacerda; Veronese, 2011, p. 29; Gohn, 2011b).

Nesse campo, diversos setores começaram a rediscutir a questão da organização do trabalho, aliada ao tema da exclusão social e de formas mais sustentáveis de vida. Esse campo reuniu movimentos com diferentes bandeiras em prol do debate sobre outra economia. Em um contexto de democratização, movimentos sociais e organizações da sociedade civil demandam espaços de participação social com o objetivo de influenciar as políticas públicas. A Constituição Federal de 1988 assegura alguns desses preceitos e o desafio será os limites e potencialidade desse diálogo, para construção de ações coletivas.

Com base nas perspectivas aqui apresentadas, apesar de envolver uma temática nova, não consensual e conflituosa, é possível afirmar a existência de um movimento social de economia solidária no Brasil. Essa articulação contempla diferentes atores sociais em prol da construção de formas de trabalho associado e autogestionário. O Fórum Brasileiro de Economia Solidária pode ser considerado um dos principais expoentes nesse contexto.

A próxima seção será dedicada à análise do processo de conformação do FBES, seus projetos, conflitos e desafios. O caso apresentado está baseado em pesquisa documental, realizada principalmente em documentos oficiais e públicos do mesmo Fórum e, em especial, na carta de princípios e nos relatórios das plenárias, que são instâncias máximas de participação dos atores sociais envolvidos nesse movimento. Baseamo-nos também em informações coletadas pelos autores a partir de observação participante em eventos do FBES.

Pode-se adiantar que o cruzamento entre as ações do FBES e da SENAES fica visível, reforçando a noção de rede e do trânsito entre movimento social e gestão pública. No caso da temática da economia solidária, esses limites institucionais sempre foram tênues. A fim de demarcar os principais acontecimentos e a implicação dos mesmos na consolidação do FBES, essa trajetória foi dividida em três fases. A primeira fase engloba a construção dos primeiros consensos quanto à identidade do movimento de economia solidária no Brasil e à articulação de seus principais atores sociais. Esse período abarca, ainda, a relação com a SENAES em seus primeiros anos e o desenho das políticas públicas em nível federal. A segunda é marcada por fortes conflitos e tensões e compreende o momento de avaliação do FBES, quanto ao seu papel junto ao Governo Federal e suas principais estratégias. Na terceira fase, a conjuntura atual do Fórum é

apresentada e a questão primordial gira em torno de seu projeto político para a sociedade.

Cunha (2012), tratando do mesmo quadro, também compreende que há pelo menos dois momentos marcantes nesse processo, em especial, em relação à SENAES, quais sejam: a construção dos primeiros acordos e políticas públicas de economia solidária e a fase conflituosa entre FBES e SENAES.

Atualmente, o FBES envolve mais de 160 fóruns municipais, micror-regionais e estaduais, mobilizando mais de 3.000 empreendimentos de economia solidária, 500 entidades de assessoria, 12 governos estaduais e 200 municípios pela rede de gestores em economia solidária (Fórum Brasileiro de Economia Solidária, 2011).

3. Sentidos da economia solidária enquanto movimento social

O propósito deste texto, como se viu, é o de construir argumentações visando à compreensão da Economia Solidária no Brasil enquanto movimento social, analisando a trajetória de alguns de seus atores sociais envolvidos nesse processo, particularmente a do Fórum Brasileiro de Economia Solidária e suas relações com a Secretaria Nacional de Economia Solidária. Mas, quando se fala Economia Solidária, do que se está falando?

Falar nos sentidos de Economia Solidária, no Brasil, é se defrontar com uma considerável diversidade epistemológica. Cattani (2003) chama a atenção para tal diversidade, mas sublinha como ponto de união a crença nos valores civilizatórios de cooperação, solidariedade, compromisso com a vida, com a natureza, com o pacifismo e com a justiça social. Associa-se a isso a crença comum daqueles que integram, de um modo ou de outro, o movimento chamado economia solidária, de que um mundo melhor é possível e que tal mundo melhor está sendo construído pelas realizações concretas da outra economia, a Economia Solidária.

A diversidade também se manifesta em textos de Milanez, de Coraggio, de Lechat, de Icaza e Tiriba, todos de 2003, entre outros. É uma economia humana que não se consolida pela produção do lucro. Analisando os resultados da primeira pesquisa nacional sobre Economia Solidária no Brasil, Luiz Inácio Gaiger, , em sua pesquisa, assim se expressou:

[...] as práticas e a sociabilidade dos empreendimentos econômicos Solidários, ao demonstrarem a viabilidade de outras formas de vida social e econômica, ao negarem o exclusivismo e a superioridade da lógica utilitária e do primado da mercadoria, adquirem uma conotação anticapitalista mesmo quando não se contrapõem diametralmente às relações sociais dominantes (GAIGER, 2004, p. 397).

No Brasil, pode-se classificar o movimento desta Economia Solidária em três fases, quais sejam: (i) de 2001 a 2006 - Articulação e principais consensos; (ii) de 2006 a 2010 - Repensando a prática e (iii) de 2011 aos dias atuais - repensando o projeto político para a sociedade.

A partir dessa classificação, serão delineados, nas próximas seções, os principais pontos que marcam essa trajetória, analisando elementos que contribuíram para conformação da economia solidária como movimento social no Brasil.

3.1 Do Fórum Social Mundial ao Fórum Brasileiro de Economia Solidária: articulação de atores sociais e a construção dos principais consensos (2001-2006)

Na primeira fase do movimento de economia solidária no Brasil, a mobilização para a constituição do FBES foi iniciada em 2001, no processo de preparação do I Fórum Social Mundial - FSM, em Porto Alegre. Um Grupo de Trabalho (GT Brasileiro), do qual fazia parte um conjunto significativo de entidades, em geral, com atuação nacional, se organizou para debater essa temática no evento internacional. Naquele momento, sob o viés de outra globalização, essas entidades se reuniram na primeira edição do FSM, que teve a participação de 16 mil pessoas de mais de 117 países. Durante o evento, mais de 1500 participaram da oficina intitulada *Economia Popular e Solidária e Autogestão* (Fórum Brasileiro de Economia Solidária, 2005a).

Esse grupo encarregou-se de conceber uma identidade minimamente consensual em torno da economia solidária e de planejar a construção de uma organização em nível nacional, considerando diferentes segmentos

e atores sociais envolvidos com essa temática. O coletivo elaborou uma carta, em 2002, direcionada ao então presidente Lula, sob o título “Economia Solidária como estratégia política de desenvolvimento”, na qual solicitava a criação de uma Secretaria Nacional de Economia Solidária. Esse documento foi aprovado na I Plenária de Economia Solidária, realizada em São Paulo, em dezembro do mesmo ano, com a presença de mais de 200 pessoas, entre trabalhadores de empreendimentos associativos, gestores de políticas públicas e entidades de assessoria e fomento (Fórum Brasileiro de Economia Solidária, 2005a).

Na II Plenária, em janeiro de 2003, também durante o Fórum Social Mundial, em documento intitulado *Do Fórum Social Mundial ao Fórum Brasileiro de Economia Solidária*, apresentavam-se propostas mais concretas para a construção de um espaço nacional de articulação dos diferentes segmentos da economia solidária no Brasil. Com mais de 800 presentes, esse espaço definiu a agenda de mobilização de debates, de sensibilização pelas regiões e referendou o GT já constituído como responsável por esse processo (Fórum Brasileiro de Economia Solidária, 2005a).

Em junho de 2003, menos de seis meses depois, realizou-se a III Plenária de Economia Solidária, envolvendo 17 estados e com a participação de mais de 900 pessoas, representantes de Empreendimentos da Economia Solidária e entidades de apoio aos Empreendimentos da Economia Solidária, gestores públicos, incluindo o recém-nomeado Secretário Nacional de Economia Solidária, Prof. Paul Singer, e representantes do Ministério do Trabalho, Ministério do Meio Ambiente, entre outros (Fórum Brasileiro de Economia Solidária, 2003).

Nesse momento, o Fórum Brasileiro de Economia Solidária configurou-se como principal interlocutor da sociedade civil junto à SENAES. Além disso, a organização teve o desafio de mobilizar a criação de fóruns regionais e estaduais para sustentação e ampliação do diálogo com as bases do movimento.

Na ocasião da III Plenária, também foi aprovada a carta de princípios do FBES, um documento importante para a articulação dos atores sociais que compõem o movimento e para afirmação de seus valores, identidade de luta e eixos de mobilização. Esse foi o momento de construção dos grandes consensos quanto à economia solidária no país. Mesmo com a diversidade de origem e de dinâmica cultural, a carta apresenta eixos gerais de convergências quanto aos princípios da economia solidária:

[...] a valorização social do trabalho humano [...], a satisfação plena das necessidades de todos como eixo da criatividade tecnológica e da atividade econômica [...], o reconhecimento do lugar fundamental da mulher e do feminino numa economia fundada na solidariedade [...] a busca de uma relação de intercâmbio respeitosa com a natureza [...] e os valores da cooperação e da solidariedade [...] (FÓRUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA, 2005b, s/p).

Essa Plenária de fundação definiu também a composição do FBES, organizada a partir de três segmentos: empreendimentos econômicos solidários, gestores públicos e entidades de assessoria e fomento. Esse ponto foi polêmico, principalmente em relação à incorporação dos gestores públicos como um dos segmentos do fórum. Definiu-se, também, que os empreendimentos, considerados como protagonistas do movimento, teriam maior representatividade nas diversas instâncias do FBES (Fórum Brasileiro de Economia Solidária, 2005a).

Segundo essa concepção, o papel das iniciativas econômicas foi definido como central no movimento de economia solidária no Brasil. De acordo com a carta do FBES (Fórum Brasileiro de Economia Solidária, 2005b), para compor o movimento, os empreendimentos econômicos solidários devem estar organizados de forma coletiva, autogestionária e suprafamiliar. As entidades de apoio e assessoria, em geral, são organizações sem fins lucrativos, não governamentais ou universidades. Essas últimas são representadas por meio das Incubadoras Tecnológicas ou grupos de extensão e prestam serviços de apoio e de fomento aos empreendimentos em diferentes níveis de atuação, tais como formação, assessoria técnica, crédito, entre outros. No segmento de gestores públicos, estão os representantes de governos estaduais e municipais que executam explicitamente programas e projetos direcionados à economia solidária. Nacionalmente, esse segmento está representado pela Rede de Gestores Públicos de Economia Solidária.

O FBES definiu eixos de ação que balizaram - e ainda balizam - com algumas reformulações, as principais plataformas de ação do movimento. Esses eixos começaram a ser construídos desde a I Plenária, mas se consolidaram no momento de criação, na III Plenária, e vêm sendo revistos em momentos subsequentes. Ao todo foram sete plataformas trabalhadas: (i) finanças solidárias; (ii) marco legal; (iii) educação; (iv) comunicação;

(v) redes de produção, comercialização e consumo; (vi) democratização do conhecimento e tecnologias; e (vii) organização social da economia solidária (Fórum Brasileiro de Economia Solidária, 2005a).

Os primeiros passos de organização do Fórum são marcados por grandes desafios em relação às políticas públicas, com a criação da SENAES e em relação à expansão do tema da economia solidária no país. Era imprescindível fortalecer as bases e articular os empreendimentos solidários que, em muitos casos, não estavam mobilizados sob tal perspectiva. Isso significou a realização de processos e eventos de formação e ampliação das instâncias locais, o que implicava questões de ordem operacional, como pessoas liberadas para trabalhar na secretaria executiva dos fóruns e também recursos para mobilizações, reuniões e plenárias.

Além disso, o ato que criou a SENAES deliberava sobre a criação do Conselho Nacional, que passou por um período de discussões até sua maturação e instituição, em 2006 (Cunha, 2012). Esse espaço representaria, em alguma medida, a institucionalização do diálogo entre Governo Federal e movimento de economia solidária.

Nesse contexto, os primeiros anos de criação do Fórum, a partir de 2003, foram de muitas atividades e de rápida expansão. A elaboração e implementação de políticas públicas, consideradas pelo movimento como essenciais ao projeto de economia solidária, começaram a ser executadas, como o caso do mapeamento nacional, ocorrido em 2005 e 2007. Nesse processo, o FBES teve grande participação, especialmente em suas instâncias regionais, no desenvolvimento da pesquisa nos Estados.

Conforme Cunha (2012), o Fórum ocupou um papel de interlocutores privilegiados junto à SENAES na construção dessas ações públicas. Segundo a autora, a equipe da Secretaria Nacional, desde o início, tinha por opção o fortalecimento do Fórum Brasileiro como a principal instância de articulação da diversidade da economia solidária. A ideia era de que um movimento forte e articulado contribuiria para a expansão e institucionalização da política pública.

Uma das primeiras ações da Secretaria foi justamente o apoio à sustentação do Fórum e suas instâncias estaduais, inclusive contribuindo para sua criação em lugares em que elas não existiam. Por outro lado, havia também questionamentos quanto ao papel do FBES como interlocutor, em especial pela fragilidade de sua estruturação e capacidade de interlocução com os movimentos mais locais, dado a recente criação do mesmo e a necessidade de ampliar seus debates em instâncias mais próximas

aos empreendimentos. Essas tensões eram evidenciadas por integrantes do Fórum que temiam pelo aparelhamento do movimento. Apesar dessas questões, foi criado um Conselho interlocutor que representava o espaço de diálogo entre SENAES e FBES. (Cunha, 2012).

No entanto, o avanço e a disseminação da economia solidária nos Estados e a ampliação da mobilização de empreendimentos, entidades de apoio e gestores públicos geraram diferentes conflitos no âmbito do movimento. Pode-se, no entanto, dizer que essa primeira fase foi marcada pela construção de elementos que caracterizavam o projeto de economia solidária no Brasil, articulando atores sociais em prol das diferentes ações públicas em torno da temática.

O elemento primordial para o início do que foi caracterizado como segunda fase do FBES é a constituição do Conselho Nacional de Economia Solidária, em 2006 - processo que será apresentado na próxima seção.

3.2 Representação, participação social e conflitos: repensando a prática (2006-2010)

Os primeiros anos de atuação do FBES e da SENAES, a partir de 2003, foram marcados pela elaboração e execução de diferentes ações, projetos e programas. Esse foi um período de aprendizado e, ao mesmo tempo, de construção. No âmbito do MTE, a economia solidária se configurava como um diferencial no que se tange à questão do Trabalho e Renda, ao menos no que diz respeito à SENAES.

A composição do Conselho Nacional de Economia Solidária, criada pelo mesmo decreto que criou a SENAES (BRASIL, 2003), foi negociada até 2006, quando foi possível, depois de muitas discussões, a indicação de seus membros. E aqui se inicia a segunda fase.

A discussão foi intensa, especialmente em relação aos indicados pela sociedade civil. Uma das principais polêmicas, segundo Cunha (2012), era a indicação ou não de algumas entidades, como a Organização das Cooperativas do Brasil - OCB, entidade de representação do cooperativismo dito tradicional.

Em meados de 2007, com a instalação do Conselho Nacional de Economia Solidária, logo após a primeira Conferência Nacional, a interlocução do FBES com o governo se alterou. Essa instância institucionalizada, composta pela sociedade civil e pelo governo, modificou o papel do Fórum

como interlocutor na política pública nacional. E na tônica de repensar seu papel perante o governo, a IV Plenária começou a ser articulada pelo Fórum, voltada para as prioridades internas do movimento, a conformação de seu projeto político e o fortalecimento de suas bases. Muitos projetos estavam em curso, muitos atores novos haviam sido mobilizados e alguns desmobilizados. Também a temática economia solidária, a partir do impulso da política nacional, começou a chegar a diferentes municípios em forma de ações governamentais e na constituição de leis de fomento.

A reestruturação fora diagnosticada como prioridade nas instâncias de Coordenação do FBES, e seus processos de mobilização confrontavam-se com os desafios de ativar dinâmicas orgânicas dos fóruns locais – que, em muitos estados, não passavam de algumas pessoas de referência, e mesmo os fóruns estaduais em muitas UFs não estavam ativos, além de não contarem com equipes liberadas e/ou infraestrutura física. A partir das discussões e encontros nos territórios, a proposta era mobilizar plenárias estaduais que preparassem para uma IV Plenária Nacional – inicialmente planejada para 2007, mas que acabou se viabilizando só em 2008 (CUNHA, 2012, p. 249).

Em março de 2008, foi realizada a IV Plenária do FBES com o tema *Outra economia construindo outros desenvolvimentos*. Esse momento marcou a segunda fase que se está caracterizando, pois nele foram ressaltadas, de forma mais clara, as bandeiras e os eixos de lutas do Fórum, revisando suas ações prioritárias nos eixos de Produção, Comercialização e Consumo Solidários; Formação; Finanças Solidárias; Marco Legal. Diferente do momento de conformação do Fórum (primeira fase), em que as prioridades estavam em fase de construção, nesse momento, o movimento conseguiu sistematizar e priorizar ações de maneira mais concreta.

Além dos debates acerca das bandeiras, o Fórum avançou na definição do seu papel social como

[...] um instrumento do movimento da Economia Solidária, um espaço de articulação e diálogo entre diversos atores e movimentos sociais pela construção da economia solidária como base fundamental de outro desenvolvimento

sócio econômico do país que queremos (FÓRUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA, 2008, p. 7).

Parece que se pode afirmar que a IV Plenária também avançou, definindo, de forma mais precisa, quais eram os empreendimentos, passando a exigir comprovações para participação nos fóruns locais. A participação dos gestores foi reafirmada a partir da participação dos mesmos em rede. Nesse sentido, então, parece que o Fórum aprofundou a concepção de empreendimentos de economia solidária, estabelecendo critérios mais claros, como, por exemplo, os formatos organizativos, a necessidade de ser suprafamiliar e um enfoque mais ampliado quanto às comunidades tradicionais.

As estratégias prioritárias para o triênio (2009-2011) do FBES foram definidas como fortalecimento político e organizacional dos Fóruns estaduais, microrregionais e municipais, visando uma maior integração e interiorização do movimento. Outro enfoque foi a consolidação dos empreendimentos a partir de redes e cadeias no campo da produção, comercialização, logística, consumo e finanças solidárias. Da mesma forma, destacou-se a incidência nas políticas públicas, em especial sob a perspectiva de outro modelo de desenvolvimento (Fórum Brasileiro de Economia Solidária, 2008).

As relações com outros movimentos e atores da sociedade civil, em consonância com as proposições da economia solidária, tornaram-se prioridade, assim como as articulações internacionais, fundamentalmente na América Latina. Outra preocupação foi a busca por sustentabilidade dos fóruns nacional e local, por meio de estratégias de autofinanciamento, captação de recursos públicos e cooperação internacional. (Fórum Brasileiro de Economia Solidária, 2008).

De acordo com Cunha (2012), a nova fase do FBES será marcada pelas mudanças em relação às dinâmicas de interação com a SENAES, com tensões entre as duas partes, ou seja, entre o FBES e a SENAES. A instalação do Conselho poderia representar a perda de força do Fórum na construção conjunta das políticas públicas que era predominante no período anterior. A etapa foi considerada menos participativa. A autoavaliação iniciada em 2006 evidenciou a necessidade de reestruturação e rediscussão da composição do Fórum, sua forma de funcionamento e seus conteúdos prioritários.

Nesse momento, apesar do ponto de vista otimista que poderia se exprimir mediante a construção conjunta de políticas públicas, Cunha (2012) destaca que o balanço interno do FBES indicava que essa construção havia sido feita de forma desigual. Mesmo com o reconhecimento de certos avanços, alguns tensionamentos ficaram claros e, no geral, com a percepção de fragmentação e de pouca integração entre as ações. Com a instituição do Conselho Nacional, mesmo que mais da metade dos conselheiros fossem indicados pelo FBES, esse se caracteriza como outro espaço de participação marcado pelas disputas de projetos e mobilizações. A força do movimento passa a compreender sua capacidade de realizar proposições e defendê-las no âmbito do CNES.

Em resumo, essa fase do FBES foi marcada pela reflexão quanto à atuação do movimento social em relação às políticas do governo federal, a partir da criação do Conselho Nacional. Outro ponto fundamental desse período compreende a reestruturação interna do Fórum que colocou em debate a articulação de forças entre os fóruns estaduais e algumas entidades nacionais. Pode-se dizer que a IV Plenária se configurou como o auge dessa disputa interna e marcou a separação do projeto de algumas organizações para o reforço das instâncias estaduais, compreendidas na diversidade dos fóruns regionais.

3.3 Relação entre o Estado e o movimento social: repensando o projeto político para a sociedade

A terceira fase do FBES começa a se delinear especialmente a partir da mudança no Governo Federal. Com a eleição da presidente Dilma Rousseff, a economia solidária se torna um tema ainda mais importante no que diz respeito à erradicação da extrema pobreza. Essa adequação direciona os programas e ações da economia solidária para os beneficiários do Programa Bolsa Família, inscritos no Cadastro Único dos Programas Sociais – CadÚnico. Ao mesmo tempo, percebe-se, também, a ênfase nas ações voltadas ao empreendedorismo, englobando, em especial, os microempreendedores individuais.

Em 2011, o governo lançou o Projeto de Lei 865 que propunha a criação da Secretaria Especial de Micro e Pequena Empresa, que passaria a

ter atribuições relacionadas à economia solidária com a transferência da SENAES e do Conselho para essa nova pasta.

Em diversos documentos e atos, o Fórum Brasileiro demonstrou sua insatisfação quanto à falta de diálogo do governo com a sociedade civil, com o Conselho e com a SENAES em relação à mudança proposta. O movimento se manifestou contrário à nova proposição. Para ampliar essa discussão, os fóruns estaduais mobilizaram audiências públicas, no período de maio a junho de 2011, com a participação de diferentes atores sociais e com o apoio das frentes parlamentares de Micro e Pequena Empresa e da economia solidária. Nesse período, foram realizadas 23 audiências públicas, reunindo cerca de 2.500 pessoas (Fórum Brasileiro de Economia Solidária, 2011, p.6).

Nas audiências, atores da economia solidária, em sua maioria, reafirmaram as diferenças em relação às micro e pequenas empresas, especialmente quanto às estratégias de desenvolvimento territorial, sustentável e solidário. Buscou-se ressaltar que os empreendimentos atuam sob o caráter de emancipação social e, também, lutam contra a pobreza, destacando suas articulações com outros temas como agroecologia, segurança alimentar, saúde mental, moradia urbana, entre outros. O FBES também recebeu apoio de diferentes instituições contra tal proposta, inclusive em âmbito internacional.

Com base nas proposições advindas de todo o Brasil, foi apresentado ao governo um documento que sintetizava as principais diretrizes do FBES em relação ao Projeto de Lei. A proposta continha dois apontamentos gerais: o da criação de uma Secretaria de Economia Popular Solidária e Desenvolvimento Econômico (ideia sempre reforçada nas Conferências) ou, se isso não fosse possível, a ampliação das ações e o fortalecimento da SENAES no espaço que lhe fosse atribuído.

Após intensa mobilização e debates, o PL 865 foi retirado da pauta do Governo e a SENAES permaneceu no Ministério do Trabalho e Emprego. No entanto, nas avaliações de algumas lideranças do Fórum, essa atitude foi audaciosa e gerou conflitos internos no movimento. É desse momento político que nasce a V Plenária, buscando fortalecer a economia solidária externamente e consolidar sua identidade política e social como movimento.

Com o tema “Economia Solidária: bem viver, cooperação e autogestão para um desenvolvimento justo e sustentável”, a V Plenária teve como intenção aprofundar o debate acerca da economia solidária como estratégia

de desenvolvimento territorial, sustentável, diverso e solidário. Tratava-se de uma opção de organização popular e luta emancipada dos trabalhadores associados segundo uma proposta transversal e interligada com diversos temas, sujeitos e iniciativas para o enfrentamento e superação do modelo capitalista. Os debates foram organizados em três dimensões: orientação política do movimento; orientação das ações do movimento; organicidade do movimento.

Refletindo sobre a identidade do movimento social de economia solidária no Brasil. Para tanto, é importante debater o significado de ser um movimento social, o que nos une, quais os nossos enfrentamentos, com quais movimentos e setores nos aliamos. Refletindo sobre o nosso projeto político para a sociedade. Buscando construir estratégias que nos ajudem a identificar o que e quem contribui para o fortalecimento do nosso projeto político, bem como o que dele nos distancia (FÓRUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA, 2012, s/p).

É importante salientar que o movimento de economia solidária, nesse momento, visa a discutir, como em outras plenárias, suas ações prioritárias e formas de organização, mas foca no caráter político do movimento, o que pode ser uma tentativa de reafirmar sua identidade. O documento base da Plenária destaca a economia solidária como um movimento contra o capitalismo, em prol de uma nova sociedade e organização social, política e econômica. Para tanto, é preciso ampliar diálogos, articulações e alianças estratégicas, parcerias e convergências com outros movimentos sociais na construção de uma sociedade justa, solidária, diversa, autogestionária e sustentável.

Os resultados desse encontro foram importantes para reafirmar o papel da economia solidária não só como movimento social, mas também reforçando a importância de debater e articular com outros movimentos, fortalecendo lutas históricas em prol de uma outra estratégia de desenvolvimento e de bem-viver.

4. Conclusão

As motivações que mobilizaram os autores a desenvolverem pesquisas das quais resultou o presente texto centravam-se na perspectiva de caracterizar a economia solidária, no Brasil, como movimento social.

Privilegiando o pensamento de Maria Glória Gohn em seus escritos sobre Movimentos Sociais, os quais foram caracterizados, conceitualmente, como fontes de inovação, produtores de saberes e conhecimentos sobre a realidade, articuladores que promovem mobilizações com vistas a mudanças. Ensaiei-se, neste texto, caracterizar dois grandes sujeitos que gravitam em torno das concepções e das práticas da Economia Solidária: o Fórum Brasileiro da Economia Solidária e a Secretaria Nacional de Economia Solidária. Examinaram-se as trajetórias de um e de outro, bem como suas relações e interações. Ao cabo de tal exercício, parece que se pode afirmar que, no Brasil, a Economia Solidária - até o presente - pode ser compreendida e caracterizada como um movimento social, inclusive enquanto espaço de confronto e de luta por um outro tipo de organização da produção de bens e serviços que almeja e enseja novas relações sociais, buscando a consolidação de relações econômicas que ultrapassem os interesses de lucro, do mercado capitalista e de novas relações Sociedade Civil - Estado ou Governos.

Após cerca de 10 anos de construção, não só do movimento, mas também de uma política nacional, compreender como esses atores sociais - FBES e SENAES - construíram suas trajetórias no Brasil apresenta-se como algo propício nessa conjuntura de reflexão. É importante salientar que essa é uma nova fase do movimento que busca repensar suas ações de forma mais independente das políticas nacionais e reforça seu caráter político. O processo ainda está em construção, mas torna-se cada vez mais evidente a mudança de caminho do FBES, buscando a construção de estratégias que lhe assegurem mais autonomia e, certamente, mais liberdade, sem perder de vista a importância de sua relação enquanto sociedade civil com o Estado e os Governos. A viabilidade desse projeto, no contexto atual, ainda não é clara, principalmente no que diz respeito às estruturas e mobilização do Fórum nos Estados e municípios.

Ao considerar a experiência do Brasil no campo da economia solidária, é fundamental destacar, ainda - como se tentou neste artigo -, a articulação entre organizações da sociedade civil, movimentos sociais e construção das políticas públicas nacionais. Por outro lado, apesar da expressão social que ganharam as trajetórias aqui consideradas, esse foi um caminho de conflitos e convergências em que a participação social foi de extrema importância. Observa-se que há, ainda, um longo caminho a percorrer, especialmente na definição de prioridades e orientações de ambas as instituições.

A pesquisa, cujos resultados aqui se apresentam sinteticamente, parece apontar para a necessidade de outros estudos, destacando, sobretudo, investigações que privilegiam a situação dos Empreendimentos Econômicos Solidários, seja no tocante às suas características socioeconômicas e políticas, seja quanto à sua viabilidade econômica e social, ou ainda quanto à sua percepção das relações e trajetórias tratadas no presente texto.

Afirma-se, por fim, a convicção de que a Economia Solidária no Brasil apresenta um histórico de lutas, de adesões, de ganhos que, possivelmente, muito contribuíram para a construção de outras referências sobre outros mundos, sobre outras economias possíveis.

Referências bibliográficas

Abers, R.; Bülow. M. V. Movimentos sociais na teoria e na prática: como estudar o ativismo através da fronteira entre Estado e sociedade? **Sociologias**, Porto Alegre, ano 13, n. 28, p. 52-84, set./dez. 2011.

BRASIL. **Decreto nº 4.764, de 24 de junho de 2003.**

CATTANI, A. D. A outra Economia: os conceitos essenciais. In: CATTANI, A. D. (org.). **A outra Economia**. Porto Alegre: Veraz Editores. 2003.

CORAGGIO, J. L. Economia do Trabalho. In: CATTANI, A. D. (org.). **A outra Economia**. Porto Alegre: Veraz Editores. 2003.

CORAGGIO, J. L. Introducción. In: CORAGGIO, José Luis. **La economía social desde la periferia: contribuciones latinoamericanas**. Buenos Aires: Altamira, 2007. p. 17-57.

CUNHA, G. C. **Outras políticas para outras economias: contextos e redes na construção de ações do governo federal voltadas à economia solidária (2003-2010)**. 2012. 472p. Tese (Doutorado em Sociologia) - Universidade de Brasília, Departamento de Sociologia, Brasília, 2012.

FÓRUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA. **III Plenária Nacional de Economia Solidária: relatório**. Brasília: FBES, 2003. Disponível em: <http://www.fbes.org.br/index.php?option=com_docman&task=cat_view&gid=112&Itemid=216>. Acesso em: 12 de maio de 2012.

FÓRUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA. **Histórico**. 2005a. Disponível em: <http://www.fbes.org.br/index.php?option=com_content&task=view&id=61&Itemid=57> Acesso em: 12 de maio de 2012.

FÓRUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA. **Carta de princípios**. 2005b Disponível em: <http://www.fbes.org.br/index.php?option=com_content&task=view&id=63&Itemid=60> Acesso em: 12 de maio de 2012.

FÓRUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA. **A experiência de gestão e organização do movimento de economia solidária no Brasil**. Brasília: FBES, 2006. Disponível em: <http://www.fbes.org.br/index.php?option=com_docman&task=cat_view&gid=109&Itemid=216>. Acesso em: 12 de maio de 2012.

FÓRUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA. **IV Plenária Nacional de Economia Solidária**: relatório final. Brasília: FBES, 2008. Disponível em: <http://www.fbes.org.br/index.php?option=com_docman&task=cat_view&gid=379&Itemid=216>. Acesso em: 12 de maio de 2012.

FÓRUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA. **Sobre o FBES**. 2011.

Disponível em: <http://www.fbes.org.br/index.php?option=com_content&task=view&id=61&Itemid=57>. Acesso em: 12 de agosto de 2012.

FÓRUM BRASILEIRO DE ECONOMIASOLIDÁRIA. Fortalecimento das políticas públicas de
Economia Solidária no governo Dilma
Rousseff
. Brasília: FBES, 2011. Disponível em: <http://www.fbes.org.br/index.php>. Acesso em: 12 de agosto de 2012.

FÓRUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA. **Economia solidária: bem viver, cooperação e autogestão para um desenvolvimento justo e sustentável**. Brasília: FBES, 2012.

Disponível em: <http://www.fbes.org.br/index.php?option=com_docman&task=cat_view&gid=474&dir=DESC&order=date&Itemid=216&limit=10&limitstart=70>. Acesso em: 12 de agosto de 2012.

GAIGER, L. I. A emanemancipação no presente e no futuro. In: GAIGER, L. I. (org.) **Sentidos e Experiências da Economia Solidária no Brasil**. Porto Alegre: UFRGS Editora, 2004.

GAIGER, L. I. La economía solidaria y el capitalismo en la perspectiva de las transiciones históricas. In: CORAGGIO, J. L. **La economía social desde la periferia: contribuciones latinoamericanas**. Buenos Aires: Altamira, 2007. p. 79-110.

ICAZA, A. M. S. et TIRIBA, L. Economia Popular. In: CATTANI, A. D. (org.). **A outra Economia**. Porto Alegre: Veraz Editores. 2003.

LECHAT, N. M. P. Economia moral. In: CATTANI, A. D. (org.). **A outra Economia**. Porto Alegre: Veraz Editores. 2003.

LECHAT, N. M. P. et SCHIOCHET, V. Economia da Dádiva. In: CATTANI, A. D. (org.). **A outra Economia**. Porto Alegre: Veraz Editores. 2003.

FRANÇA FILHO, G. C. Políticas públicas de economia solidária no Brasil. In: FRANÇA FILHO, G. C.; LAVILLE, J-L; MEDEIROS, A.; MAGNEN, J-P. **Ação pública e economia solidária: uma perspectiva internacional**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006. p. 259-268.

GOHN, M. G. **Teorias dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos**. São Paulo: Loyola, 2011a. 391p.

GOHN, M. G. Movimentos Sociais na Contemporaneidade. **Revista Brasileira de Educação**. v. 16 n. 47 maio-ago, p.333-361, 2011b.

LACERDA, L. F. B.; VERONESE, M. V. Trabalho e movimentos sociais: suas influências na emergência de práticas alternativas de geração de trabalho e renda. São Leopoldo, **Otra Economía**, São Leopoldo, n. 5, v. 8, p. 19-34, 2011.

LAVILLE, J-L. et al. Introdução. In: FRANÇA FILHO, G. C.; LAVILLE, J-L; MEDEIROS, A; MAGNEN, J-P. **Ação pública e economia solidária: uma perspectiva internacional**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006. p. 11-18.

LAVILLE, J-L. Économie solidarité: esquisse d'une problématique. In: LAVILLE, J-L (Dir.). **L'économie solidaire: une perspective internationale**. Paris: Pluriel, 2010. p. 11-76.

LÉVESQUE, B. Sociologia Econômica. In: CATTANI, A. D.; LAVILLE, J-L; HESPANHA, P. (Orgs.). **Dicionário internacional da outra economia**. Coimbra: Altamira, 2009. p. 305-309.

LIMA, J. C. Cooperativas, trabalho associado, autogestão e economia solidária: a consituição do campo de pesquisa no Brasil. In: GEORGES, I. P. H.; LEITE, M. de P. (Orgs.). **Novas configurações do trabalho e economia solidária**. São Paulo: Annablume, 2009. p. 195-226.

PINTO, J. R. L. **Economia solidária**. De volta à arte da associação. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006. 195p.

POCHMANN, M. Posibilidades y limites de la economía solidaria latinoamericana. In: CORAGGIO, J. L. **La economía social desde la periferia**: contribuciones latinoamericanas. Buenos Aires: Altamira, 2007. p. 225-240.

QUIJANO, A. Sistemas alternativos de produção? In: SANTOS, B. de S. (Org.). **Produzir para viver**: os caminhos da produção não capitalista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. p. 475-512

SANTOS, B. de S.; RODRÍGUEZ, C. Introdução: para ampliar o cânone da produção. In: SANTOS, Boaventura de Souza (Org.). **Produzir para viver**: os caminhos da produção não capitalista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

SINGER, P. Economia solidária: um modo de produção e distribuição. In: SINGER, P.; SOUZA, A. R. (Orgs.) **A economia solidária no Brasil**: a autogestão como resposta ao desemprego. São Paulo: Contexto, 2003a. p.11-30.

VIVERET, P. Altermundialização. In: CATTANI, A. D.; LAVILLE, J-L; HESPANHA, P. **Dicionário internacional da outra economia**. Coimbra: Altamira, 2009. p. 11-15.